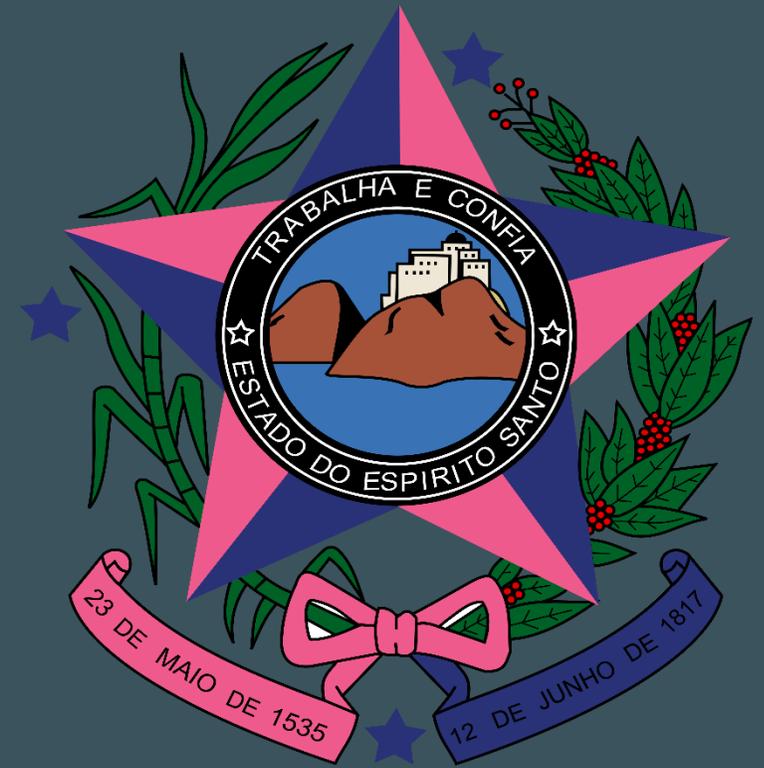


Relatório Anual da
Dívida Pública

2021



Secretaria da
Fazenda ES



Quem somos

A Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo (SEFAZ-ES), por meio do Tesouro Estadual, é responsável pelas áreas de Finanças, Contabilidade, Política Fiscal e Dívida Pública do Governo do Estado. O seu corpo técnico é constituído pela carreira dos Consultores do Tesouro Estadual, que tem como responsabilidade a coordenação, monitoramento e avaliação da macrogestão das finanças estaduais.

Contato: sudip@sefaz.es.gov.br



Missão e Visão

Coordenar, monitorar e avaliar a gestão fiscal do Governo do Estado do Espírito Santo, através de modernas práticas, com qualificação adicional do corpo técnico.

Ser reconhecido pela excelência na gestão dos recursos públicos como forma de garantir a sustentabilidade governamental em prol do desenvolvimento econômico e social no estado.



SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Marcelo Martins Altoé

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO ESTADUAL

Bruno Pires Dias

GERENTE DE POLÍTICA FISCAL E DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

SUBGERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Roger Pereira Ferreira

SUBGERENTE DE POLÍTICA FISCAL

Ighor David Dias

SUBGERENTE DE ANÁLISE ECONÔMICA-FISCAL DE PROJETOS DE INVESTIMENTO PÚBLICO

Julio Cesar Moraes Arana

EQUIPE TÉCNICA

Angela Celina Hott Gomes

Luciano Roque

Ronaldo Andrade Soares

INFORMAÇÕES:

Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

Tel.: (27) 3347-5490

Subgerência da Dívida Pública

Tel.: (27) 3347-5182

Subgerência de Política Fiscal

Tel.: (27) 3347-5181

Subgerência de Análise Econômico-Fiscal de projetos de Investimento Público

Tel: (27) 3347-5586

Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo
Av. João Batista Parra, 600, Enseada do Suá – 7º andar,
Vitória/ES.

CEP: 29050-375.

Home Page: <http://www.sefaz.es.gov.br>



Sumário

1- Dívida Contratual e Consolidada

- Posição histórica
- Projeções
- Comparativo com demais entes federativos
- Limites legais
- Análises sobre a composição

2- Serviço da Dívida

- Posição histórica
- Projeção por credor
- Limite de comprometimento

3- Indicadores de Gestão de Risco

- ATM & Duration
- Juros médios
- Composição por tipo de juros

4- Operações de Crédito

- Posição histórica da receita
- Receitas futuras

5- Dívida Externa

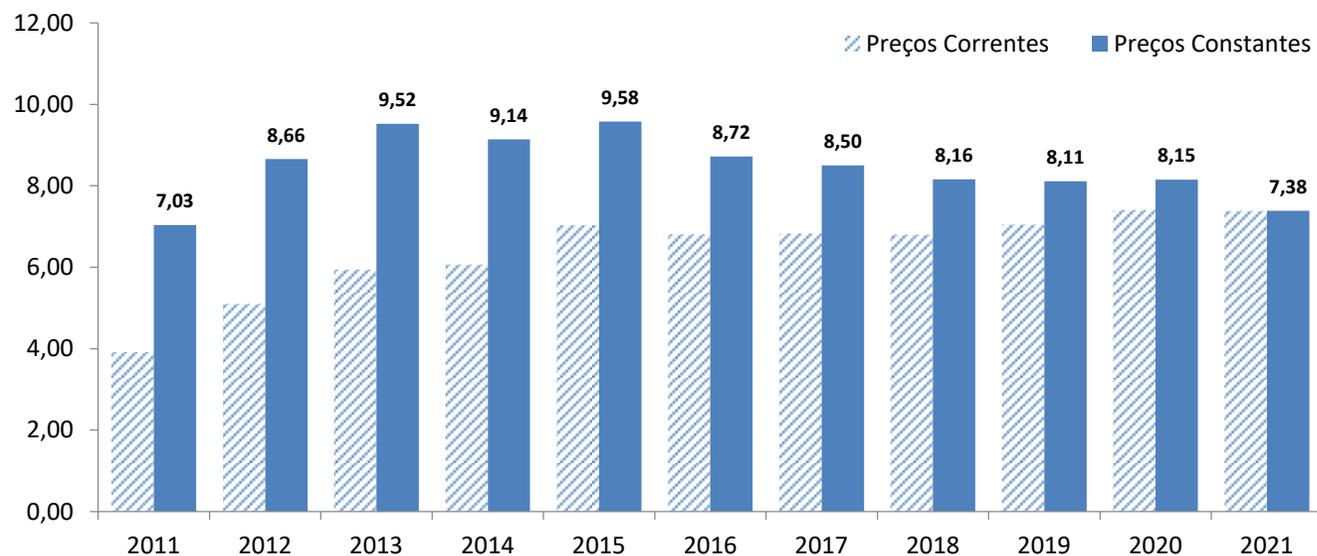
- Posição relativa
- Cenários

6- CAPAG

- CAPAG
- Limite da Dívida



Dívida Consolidada no período entre 2011 e 2021



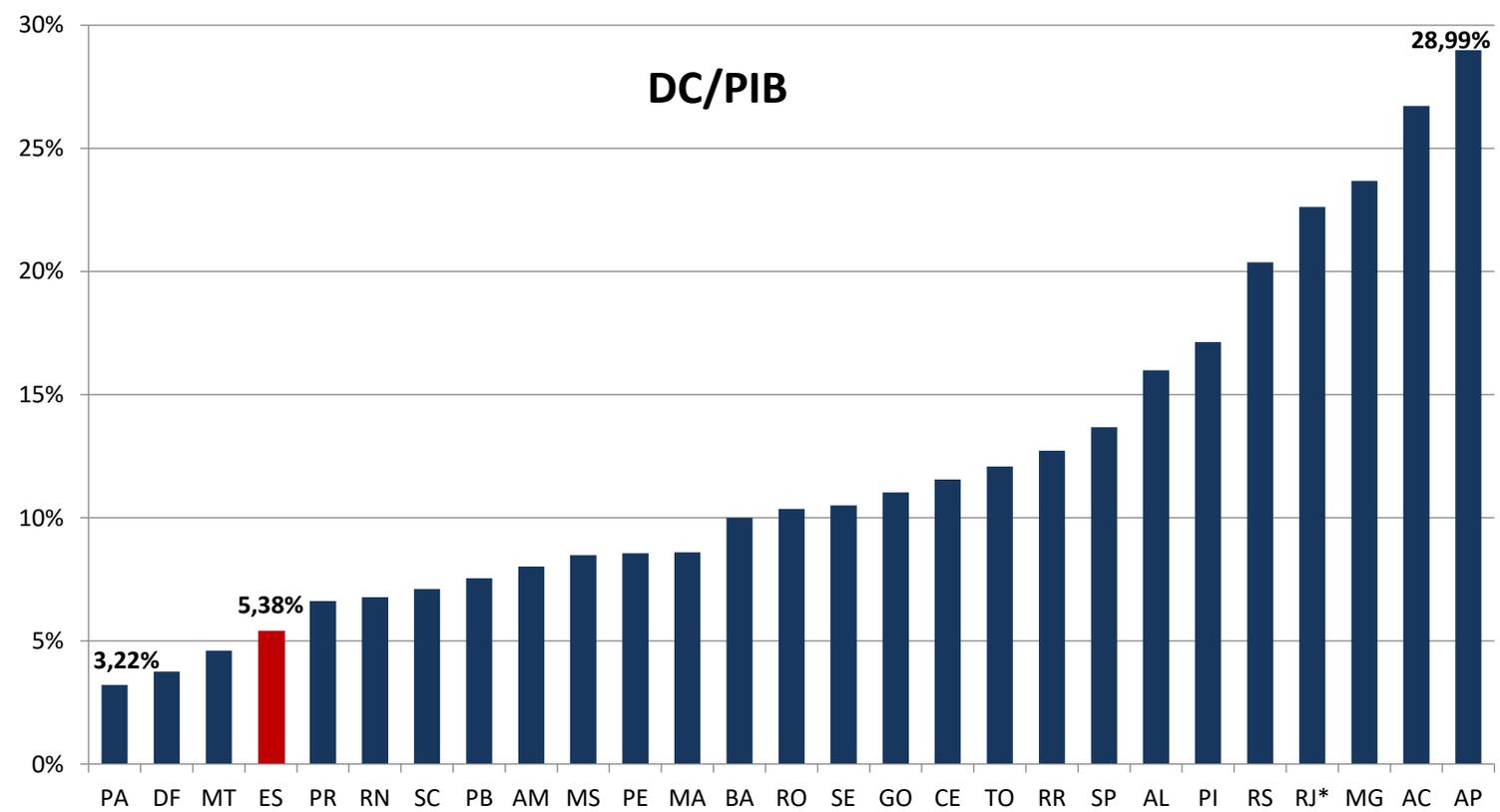
Em R\$ bilhões
FONTE: GEPOF/SEFAZ

A Dívida Consolidada¹ é definida como o montante total das obrigações financeiras do ente da Federação, assumida em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Neste gráfico, demonstram-se os dados relativos à dívida consolidada do Espírito Santo entre os anos de 2011 e 2021 a preços correntes e constantes de dezembro/2021, corrigidos pelo IPCA-IBGE.

1. Segundo o inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).



Dívida Consolidada – Sobre PIB



Dívida Vs PIB

Quando comparada a dívida bruta do estado com a Produção Interna Bruta, o Espírito Santo demonstra estar entre os entes subnacionais que inferem um menor peso na produção local. Ranqueado em 4º lugar entre os 26 Estados e Distrito Federal, com 5,38%, este indicador se manteve na mesma colocação de 2020, quando também ocupava a 4ª colocação. Para o cálculo do índice, foi utilizado o PIB divulgado pelo IBGE do último exercício fechado, que é de 2019.

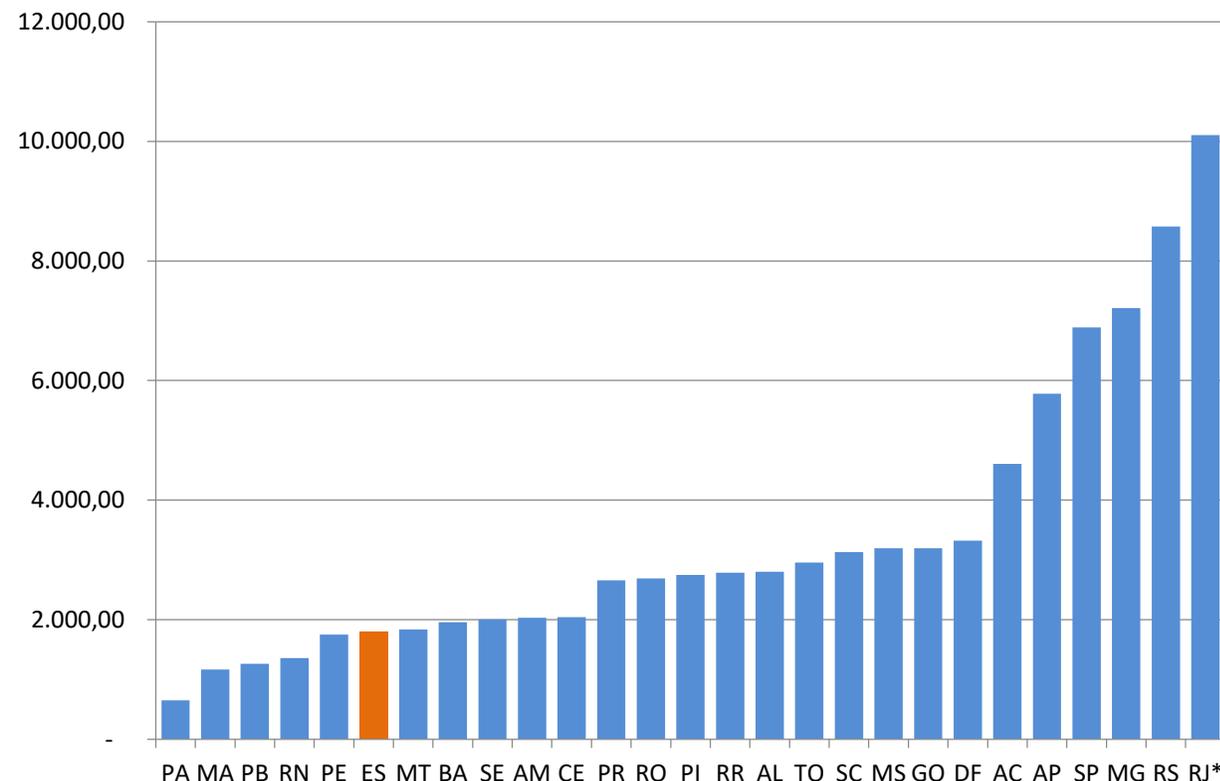
* Não foi publicado o RGF do 3º quadrimestre, foi utilizado o RGF do 2º quadrimestre
Em R\$ bilhões
FONTE: SICONFI/STN



Dívida Consolidada – Per Capita

A Dívida per capita é a divisão da Dívida Consolidada do Estado pelo seu número de habitantes. É uma medida não oficial, mas assim como o PIB per capita dimensiona o nível de renda da população, a Dívida per capita demonstra o endividamento público colocado à conta das gerações futuras. O gráfico lista a dívida per capita das 27 unidades subnacionais.

O Espírito Santo está na zona entre os estados que menos oneram o contribuinte com sua dívida bruta, em torno de R\$ 1,8 mil. Esta posição o coloca com um custo 4 vezes menor que a média dos estados da Região Sudeste e quase 6 vezes menor que o último colocado – Rio de Janeiro.

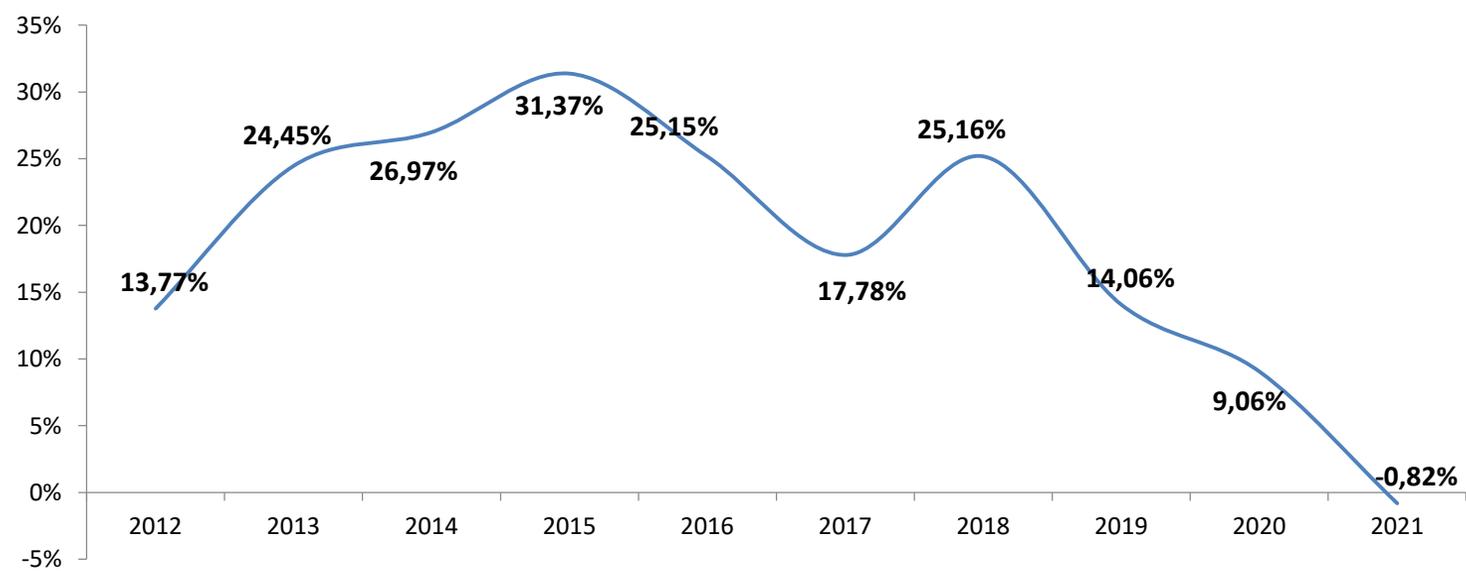


*Não foi publicado o RGF do 3º quadrimestre, foi utilizado o RGF do 2º quadrimestre
 •Em R\$ bilhões
 FONTE: SICONFI/STN
 Dados do 3º. Quadrimestre de 2021



Dívida Consolidada Líquida

DCL/RCL



Em R\$ bilhões
FONTE: GEPOF/SEFAZ

A Resolução do Senado Federal nº 40/2001 estabelece um parâmetro de relação máxima da Dívida Consolidada Líquida (DCL)^[2] sobre a Receita Corrente Líquida (RCL)^[3] de 200%, tendo a DCL/RCL estadual correspondido a -0,82%, em 2021, atendendo o limite ora em análise. O gráfico demonstra o histórico da relação DCL/RCL do Espírito Santo entre os anos de 2012 e 2021, bem como a relação entre a Dívida Consolidada (DC) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL).

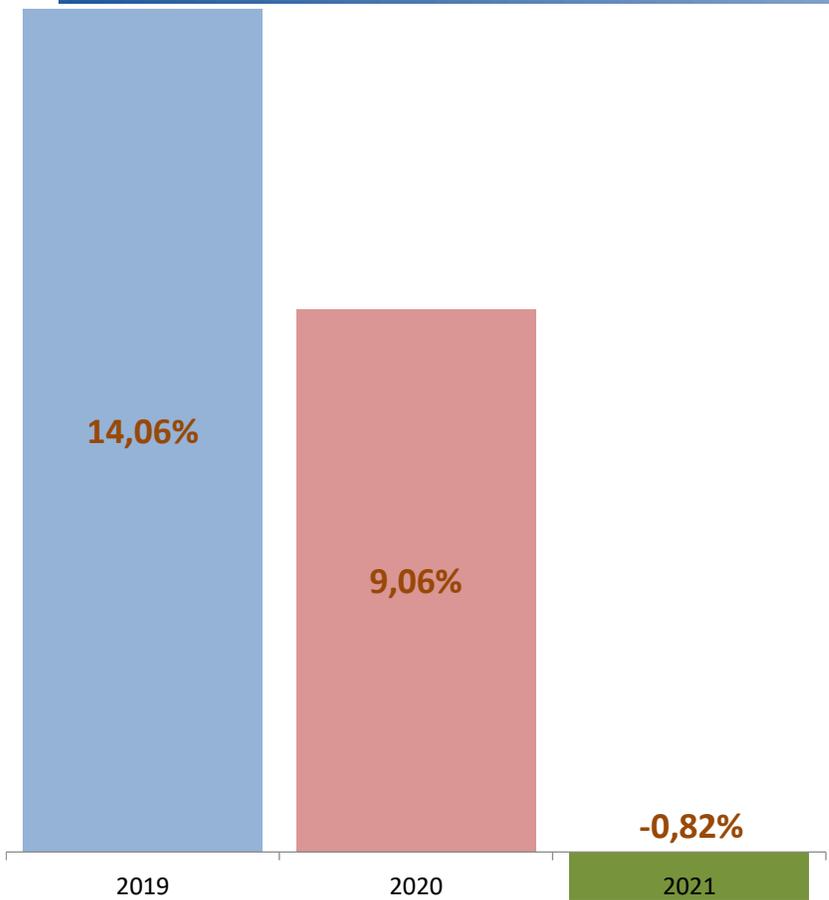


[2] DCL: Dívida consolidada menos haveres financeiros.

[3] Segundo o art. 2º da LRF, Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos principalmente, os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, aos Estados e Municípios, no caso da União, e aos Municípios, no caso dos Estados, consideradas ainda as demais deduções previstas na Lei.



Dívida Consolidada Líquida



No gráfico observa-se uma queda na DCL/RCL, se comparados o exercício de 2020 com 2021, mesmo com a dívida bruta permanecendo estável.

Redução da DCL

Em 2021 o setor público capixaba encerrou o exercício com o índice DCL/RCL de -0,82%. Este percentual de endividamento representou um declínio de cerca de 111% no índice, se comparado com o fechamento do exercício anterior – 9,06% .

O bom indicador se deve à estabilidade da dívida consolidada e ao crescimento da disponibilidade de caixa bruta do Tesouro Estadual.

Em R\$ bilhões
FONTE: GEPOF/SEFAZ

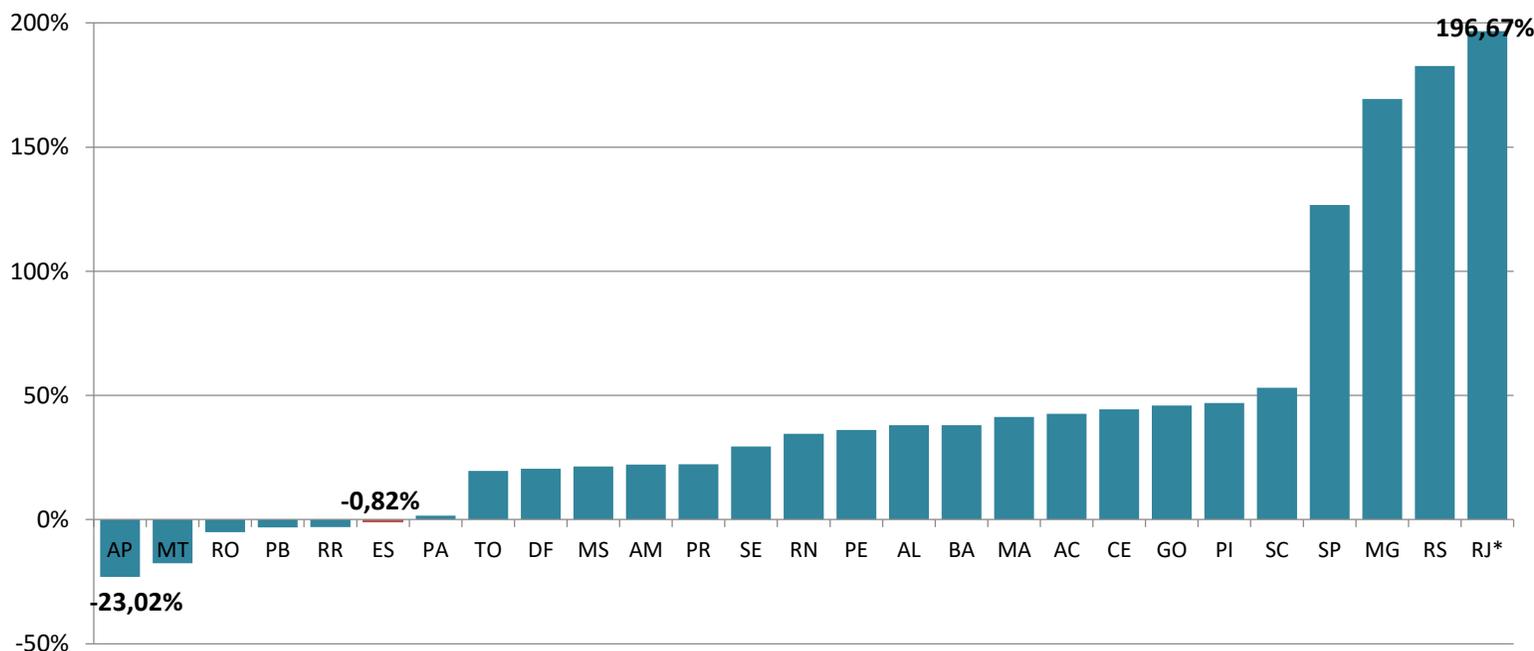


Dívida Consolidada - Comparativo com Outros Estados

Quando a Dívida Consolidada Líquida passa pelo mesmo processo de avaliação, comparando com os demais entes da federação, tem-se uma visão mais clara do bom indicador que o Estado tem alcançado ao longo do tempo com sua política fiscal.

Longe do limite imposto pela LRF, o Espírito Santo se destaca entre os demais estados com um baixo comprometimento de suas receitas com o estoque de compromissos. É importante destacar que estes perfis de comprometimento da receita interferem indiretamente na análise da capacidade de pagamento dos estado. Em casos de não-adequação, o ente fica impedido de realizar novas contratações de Operações de Crédito, inibindo sua capacidade de ter novos projetos em sua carteira de investimentos.

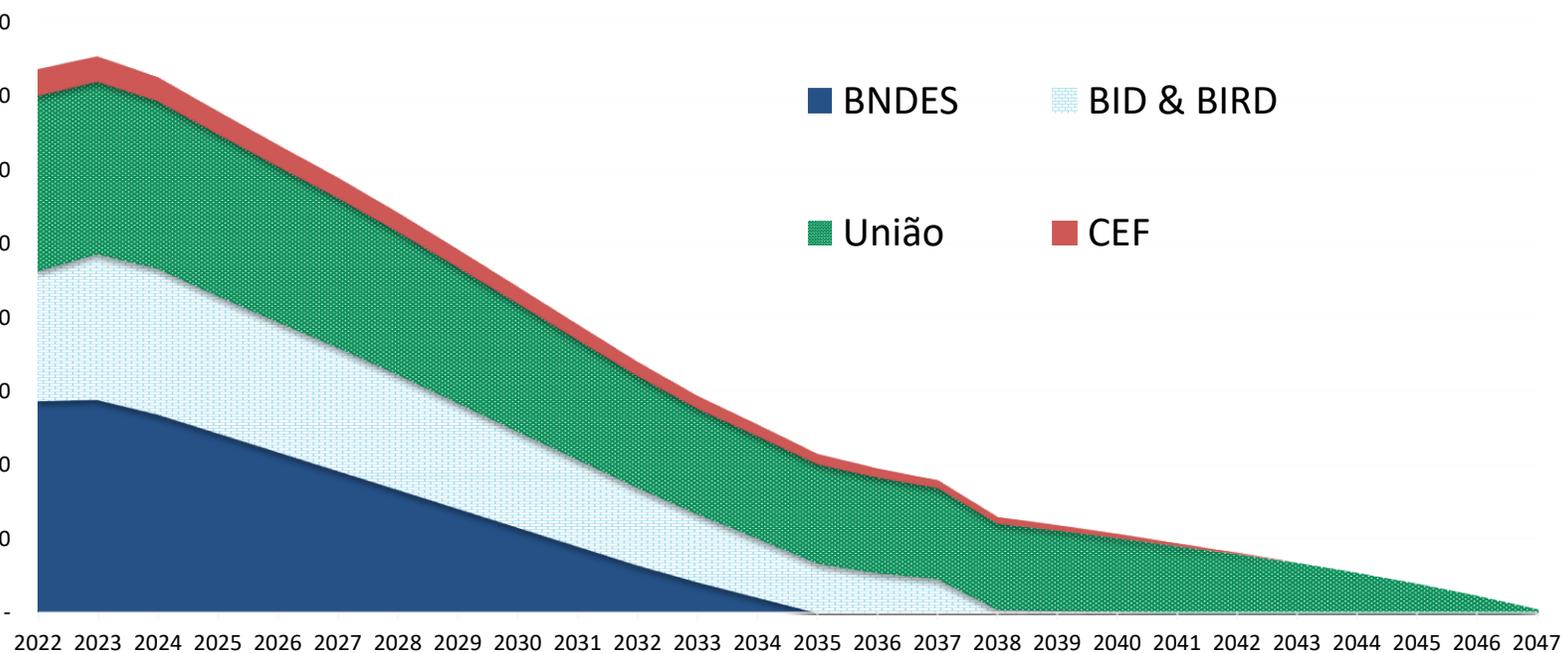
RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA x RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



Não foi publicado o RGF do 3º quadrimestre, foi utilizado o RGF do 2º quadrimestre
 FONTE: SICONFI/STN
 Dados do 3º. Quadrimestre de 2021



Dívida Contratual - Projeção



Em R\$ bilhões
FONTE: GEPOF/SEFAZ

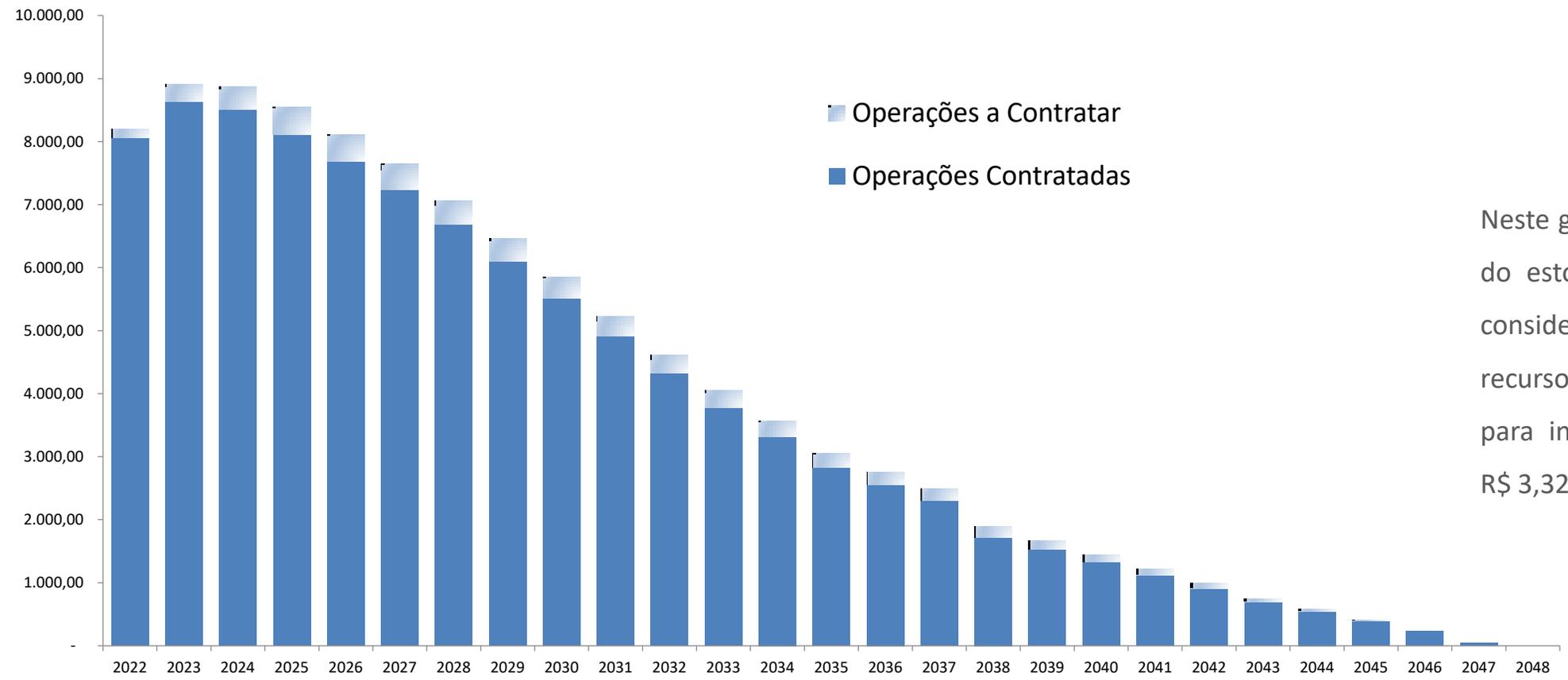
Composição e Estrutura da DCE

A Dívida Contratual do Estado totalizou, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 7,17 bilhões, valor que consiste, se comparado com o total de 2020, uma diminuição nominal de 1,06%. O gráfico ao lado demonstra a projeção para os próximos anos, composta pelos principais credores.

A Dívida Contratual é desdobrada em interna (quando a contratação é realizada junto a instituições nacionais) e externa (quando há celebração de contrato junto a instituições financeiras, agências de fomento ou outras instituições de crédito de fora do país). Em 2021, a participação da dívida interna foi de 78,67% e a dívida externa de 21,33%.



Dívida Contratual - Projeção



Neste gráfico vê-se uma simulação do estoque da dívida contratual, considerando a entrada de recursos de operações de crédito para investimentos na ordem de R\$ 3,325 bilhões.

Em R\$ bilhões
FONTE: GEPOF/SEFAZ



Serviço da Dívida

SERVIÇO DA DÍVIDA A PREÇOS CONSTANTES DEZEMBRO/2021



FONTE: GEPOF/SEFAZ

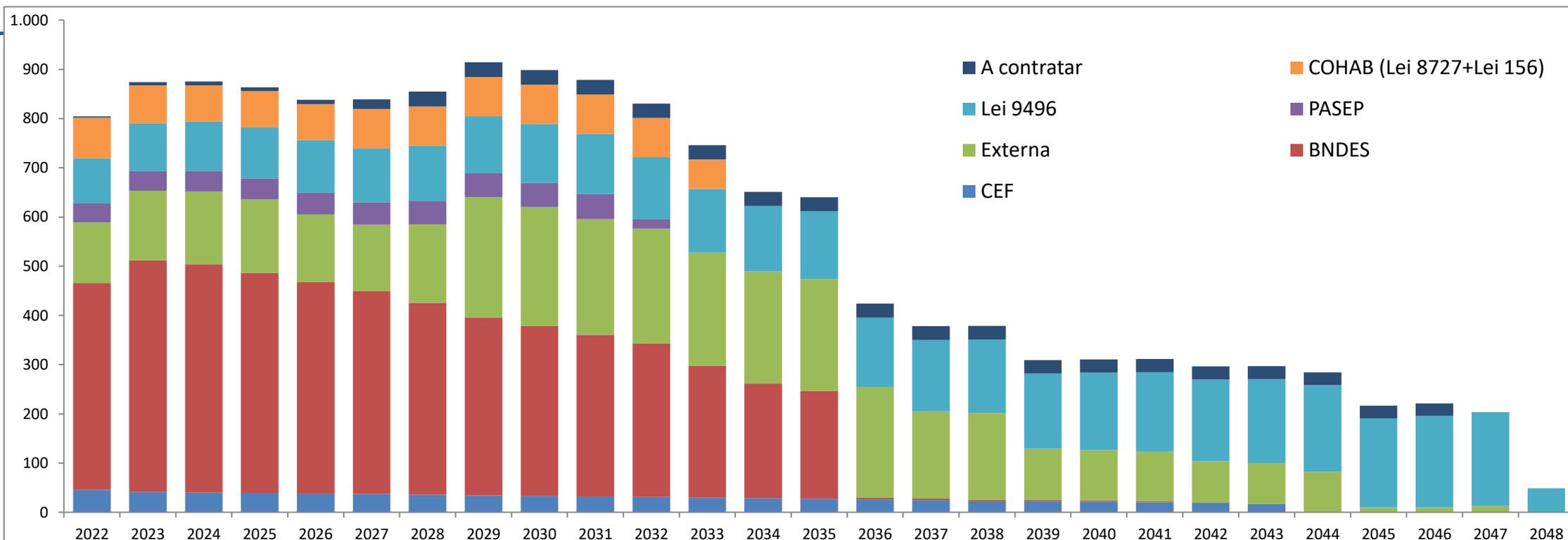
Os índices que medem a eficiência e a economicidade da Dívida Pública são produzidos com o objetivo de aperfeiçoar a projeção do serviço da dívida, adequando-a ao fluxo de caixa do Estado com o intuito de cumprir as metas fiscais estabelecidas em lei e pelo Programa de Ajuste Fiscal, além de manter os riscos em níveis prudentes.

No ano de 2021, o Estado disponibilizou R\$ 706,3 milhões do seu orçamento para o pagamento do serviço da dívida, sendo cerca de R\$ 411,5 milhões referentes a amortizações e de R\$ 294,8 milhões a juros e encargos financeiros.

O gráfico demonstra que houve um aumento real, em torno de 104%, no montante pago em serviço da dívida em 2021 em comparação com o ano anterior. Grande parte desse aumento se deve aos efeitos da Lei Complementar 173/2020 que autorizou a suspensão de pagamentos em 2020 nos seguintes contratos: Lei 9496, BNDES BRT, BNDES PROPAE e CEF FINISA.



Serviço da Dívida - Projeção a Preços de dez/2021



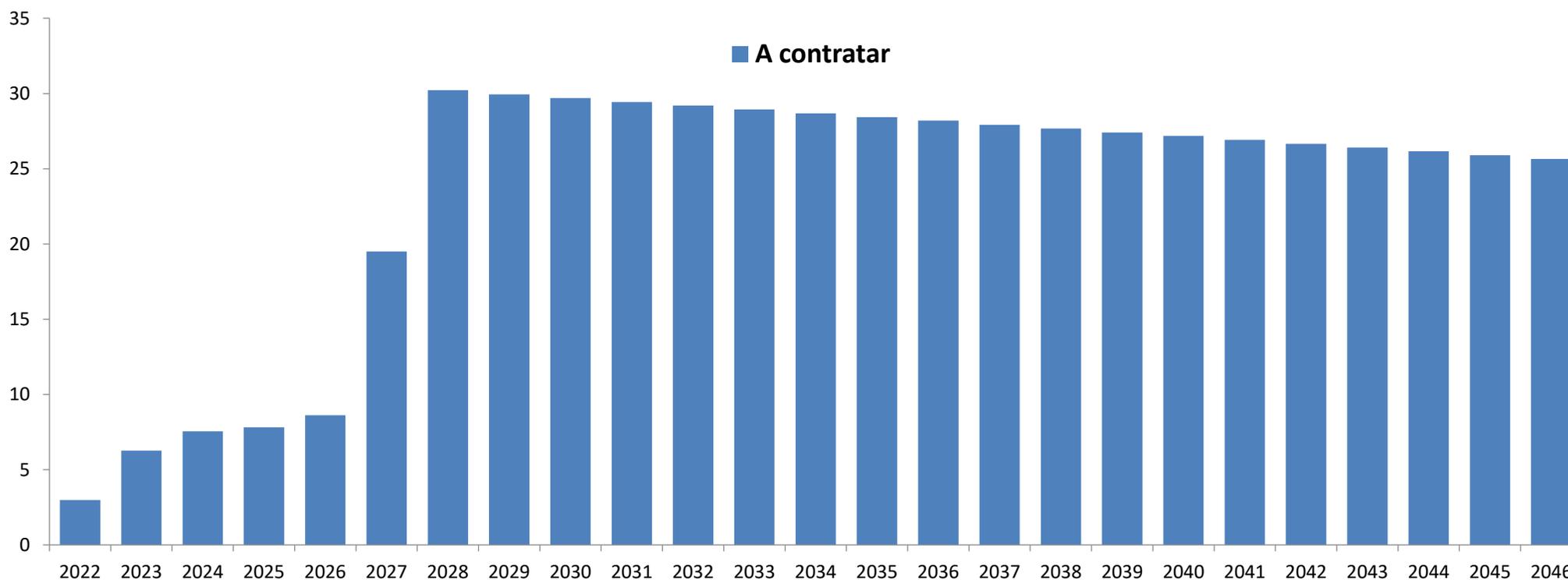
FONTE: GEPOF/SEFAZ

O montante empenhado com o pagamento de dívida tem grande importância e merece controle permanente devido ao limite de 11,5% no comprometimento anual do serviço da Dívida Consolidada sobre a RCL, definido por meio da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. Este limite foi atendido pelo Estado em 2021, que apresentou um indicador em torno de 3,7% da RCL.



Serviço da Dívida a Contratar

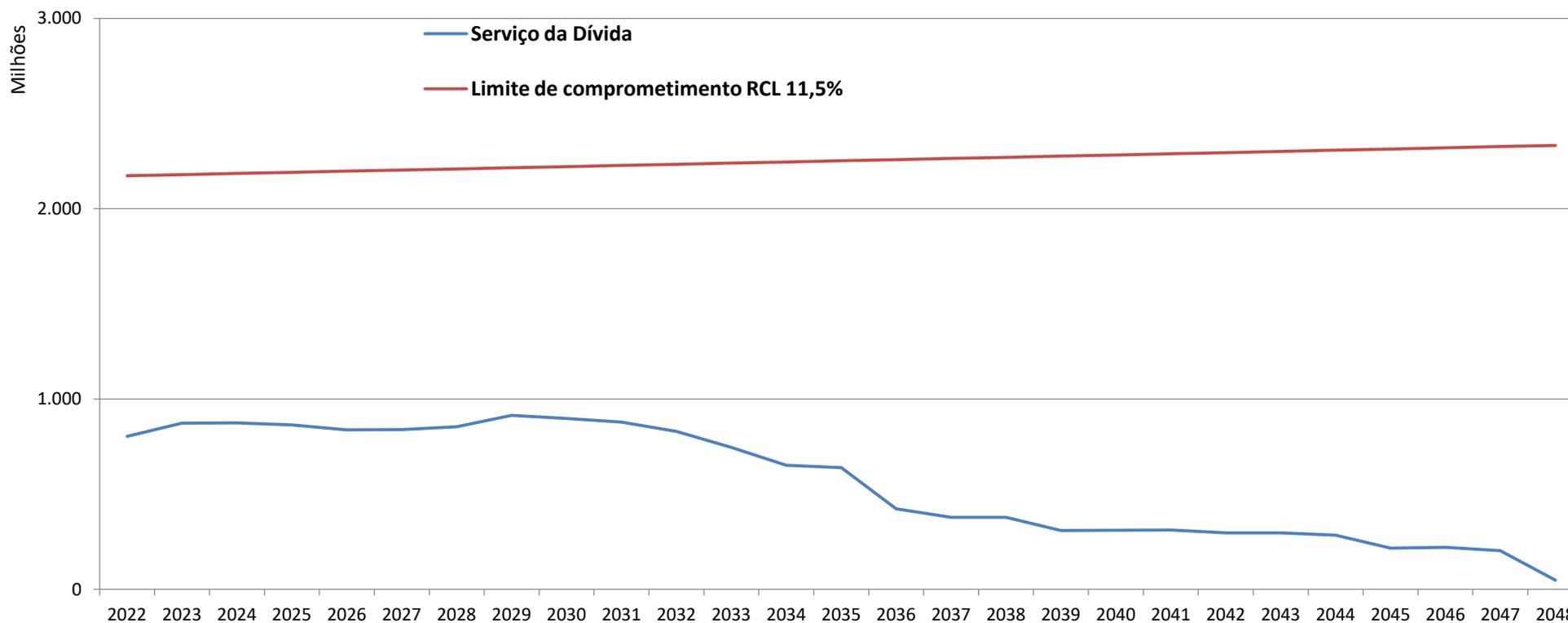
Projeção a Preços de dez/2021



FONTE: GEPOF/SEFAZ



Serviço da Dívida – Limite de Comprometimento



FONTE: GEPOF/SEFAZ



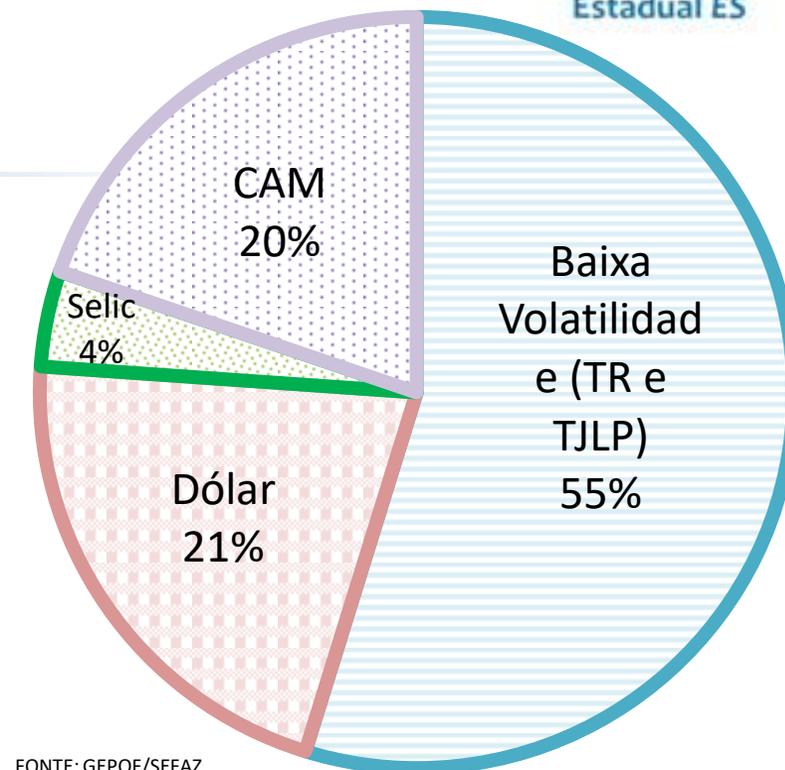
Análise de Risco

O risco da Dívida Pública está associado ao aumento no serviço da dívida ocasionado por mudanças não previstas nos fatores de risco como, por exemplo, taxa de juros, taxa de câmbio e índices de preços. Desta forma, analisar o risco significa medir o grau de exposição da dívida à volatilidade dessas variáveis de mercado, também denominadas de fatores de risco, que podem provocar aumentos inesperados nos desembolsos do governo e um desequilíbrio orçamentário.

De acordo com o fechamento da dívida em 2021, 55% da Dívida Contratual baseia-se em contratos cujas variáveis de custo (juros, encargos e indexadores) apresentam baixa volatilidade, tais como as dívidas com a CEF e o BNDES, que cobram juros mais a variação da TR (Taxa Referencial) e da TJLP, respectivamente. Estes indexadores apresentam variações anuais muito baixas, devido à conjuntura do mercado de juros nos últimos anos.

Um ponto a ser observado pela gestão da dívida é a exposição do estoque ao índice CAM, utilizado nos cálculos do contrato de refinanciamento da Lei nº 9.496/97, que representou 21% da dívida contratual em 2021.

Já a SELIC afeta apenas o contrato de parcelamento de tributo federal PASEP que, pelo seu montante, corresponde a 4% do estoque da dívida. Neste contrato, a SELIC é utilizada para calcular a parcela de juros, cujo percentual mensal é acumulado ao longo do período de vigência do parcelamento, não havendo correção do saldo devedor.



FONTE: GEPOF/SEFAZ

CAM – Coeficiente de Atualização Monetária aplicado a partir de 1º de janeiro de 2013 aos contratos de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de que tratam a [Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014](#), e o [Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015](#).

Corresponde ao menor índice do mês, escolhido entre a variação acumulada do IPCA + 4% a.a. e a variação acumulada da taxa SELIC.



Duration & ATM

Dívida	DURATION (Anos)		ATM (Anos)	
	2021	2020	2021	2020
CEF	8,77	9,35	10,97	11,96
BNDES	5,98	6,47	6,80	7,41
Externa	8,46	11,37	11,83	12,49
Refinanciamento	8,07	11,65	13,65	14,19
Consolidada	9,10	9,56	10,73	11,32

Outro fator importante na análise de risco é a variável tempo. Neste caso, a *Duration* indica o prazo médio de maturação da dívida que, de forma sintética, avalia a concentração de pagamento das parcelas, considerando o valor presente de todo o fluxo de pagamento da dívida. Como não existe um valor ótimo, cabe ao gestor da dívida identificar o melhor fluxo de desembolso, diante das incertezas de receita e volatilidade dos fatores de risco. Neste caso, prazo médio mais longo pode refletir maior exposição aos fatores de risco, porém um fluxo menor e mais adequado de pagamento quando comparado à receita.

Já o ATM, que em inglês significa *Average Time to Maturity*, ou vida média de um contrato, considera apenas a amortização, em valores nominais, para o cálculo do período médio de liquidação de uma dívida. Esse indicador pode ser considerado menos eficiente do que a duration tanto por não considerar os pagamentos de cupons intermediários de juros quanto pelo fato de que os fluxos de amortização não são trazidos a valor presente.

Pelas projeções realizadas pela Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado - GEPOF, a dívida contratual do Espírito Santo apresentou uma duration de 9,10, e ATM de 10,73, em 2021, conforme demonstrado na tabela.

Ressalta-se que o objetivo deste indicador é acompanhar e evitar concentração de pagamentos, tornando o fluxo de desembolso mais suave e adequado às receitas do governo.



Juros Médios

A taxa de juros médios ponderados apresentou variação positiva, em relação ao ano anterior, de 0,24 pontos percentuais, esse aumento é explicado em sua maior parte pela elevação SELIC e da TJLP, essas taxas impactam mais da metade do estoque da dívida.

Este novo patamar de juros médios, de 4,40%a.a. é condizente com as práticas atuais no mercado nacional de elevação das taxas aplicadas aos financiamentos.

Credor	Média					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
União	5,58%	5,69%	4,13%	4,13%	4,33%	4,46%
CEF	7,18%	7,19%	4,31%	4,23%	4,23%	4,22%
Baneses	6,00%	6,00%	-	-	-	-
BNDES	6,89%	6,87%	6,85%	6,40%	5,38%	6,18%
BID	2,14%	3,42%	3,42%	2,93%	1,12%	1,20%
BIRD	2,21%	2,47%	3,41%	3,67%	2,13%	1,13%
Interna	6,31%	6,33%	5,39%	5,24%	4,83%	5,27%
Externa	2,16%	3,18%	3,42%	3,15%	1,45%	1,17%
Total	5,72%	5,87%	5,02%	4,88%	4,16%	4,40%



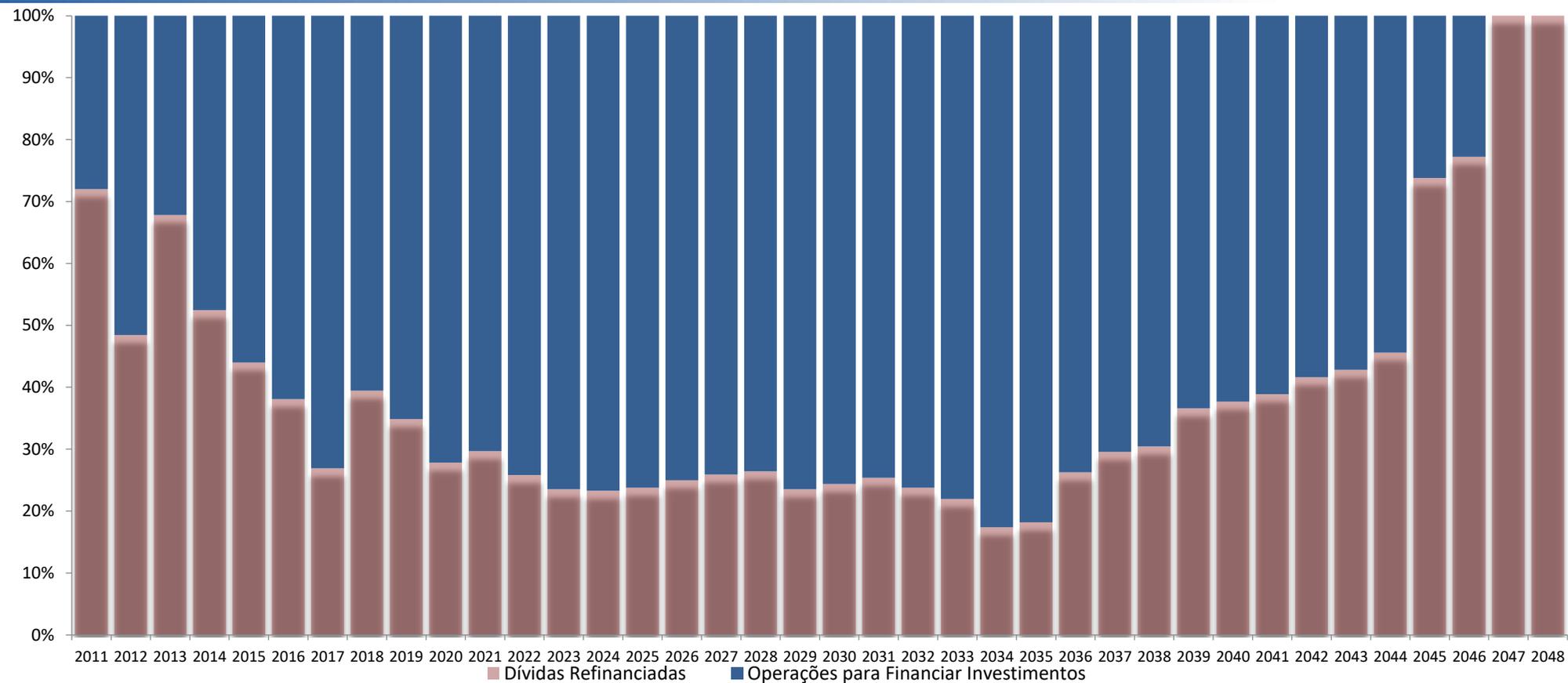
Composição da Dívida por Tipo de juros

Tipo de Juros	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Juros Fixos	2.231	35%	2.288	35%	2.368	36%	2.336	35%	2.284	33%	2.248	31%	2.153	30%
Juros Flutuantes	4.216	65%	4.232	65%	4.193	64%	4.271	65%	4.561	67%	4.942	69%	4.963	70%
Total	6.447	100%	6.520	100%	6.561	100%	6.607	100%	6.845	100%	7.189	100%	7.116	100%

A tabela ilustra que a participação dos juros flutuantes na composição da dívida pública contratual do Estado predomina a partir de 2015. As principais dívidas com juros flutuantes são com os contratos do CEF FINISA, BNDES PROPAE e BIRD- PRES III, que juntos somam um saldo devedor de R\$ 3,77 bilhões.



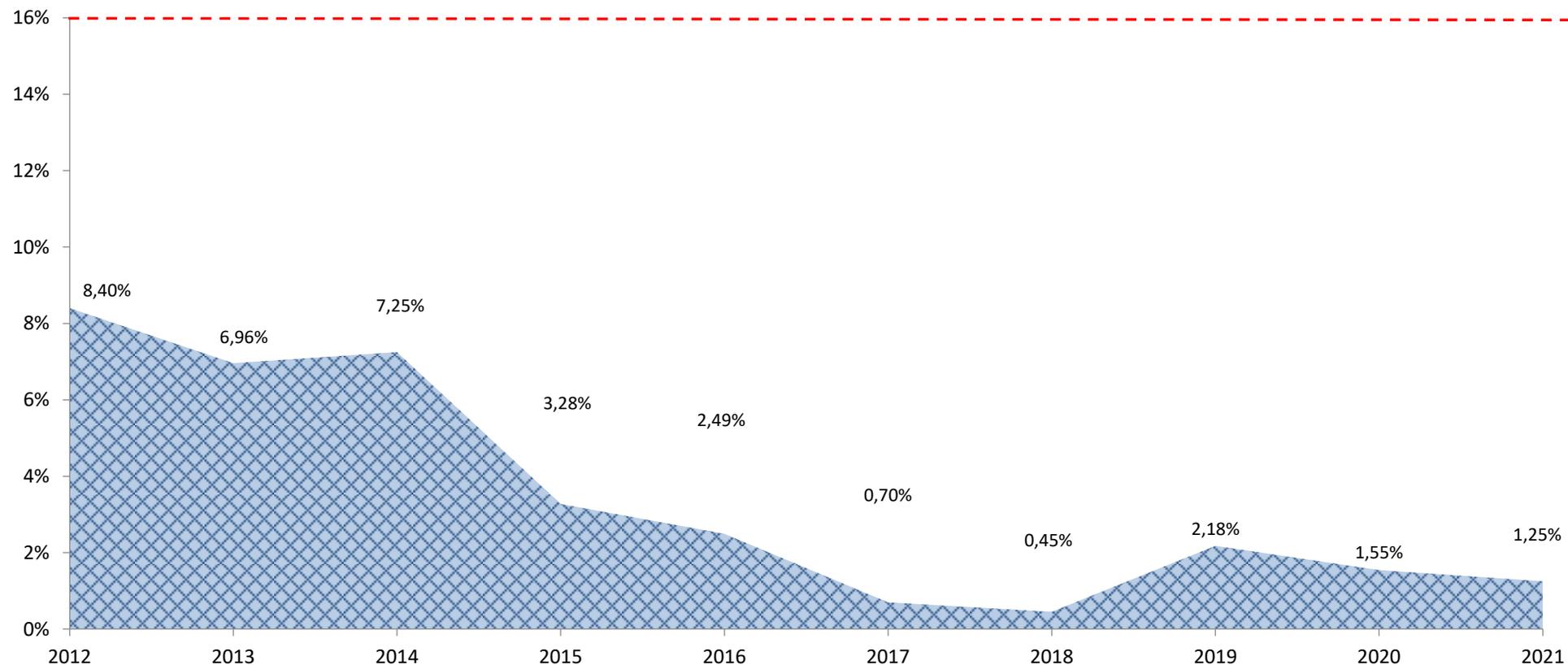
Composição da Dívida por Finalidade da Operação



FONTE: GEPOF/SEFAZ



Receita de Operações de Crédito



FONTE: GEPOF/SEFAZ



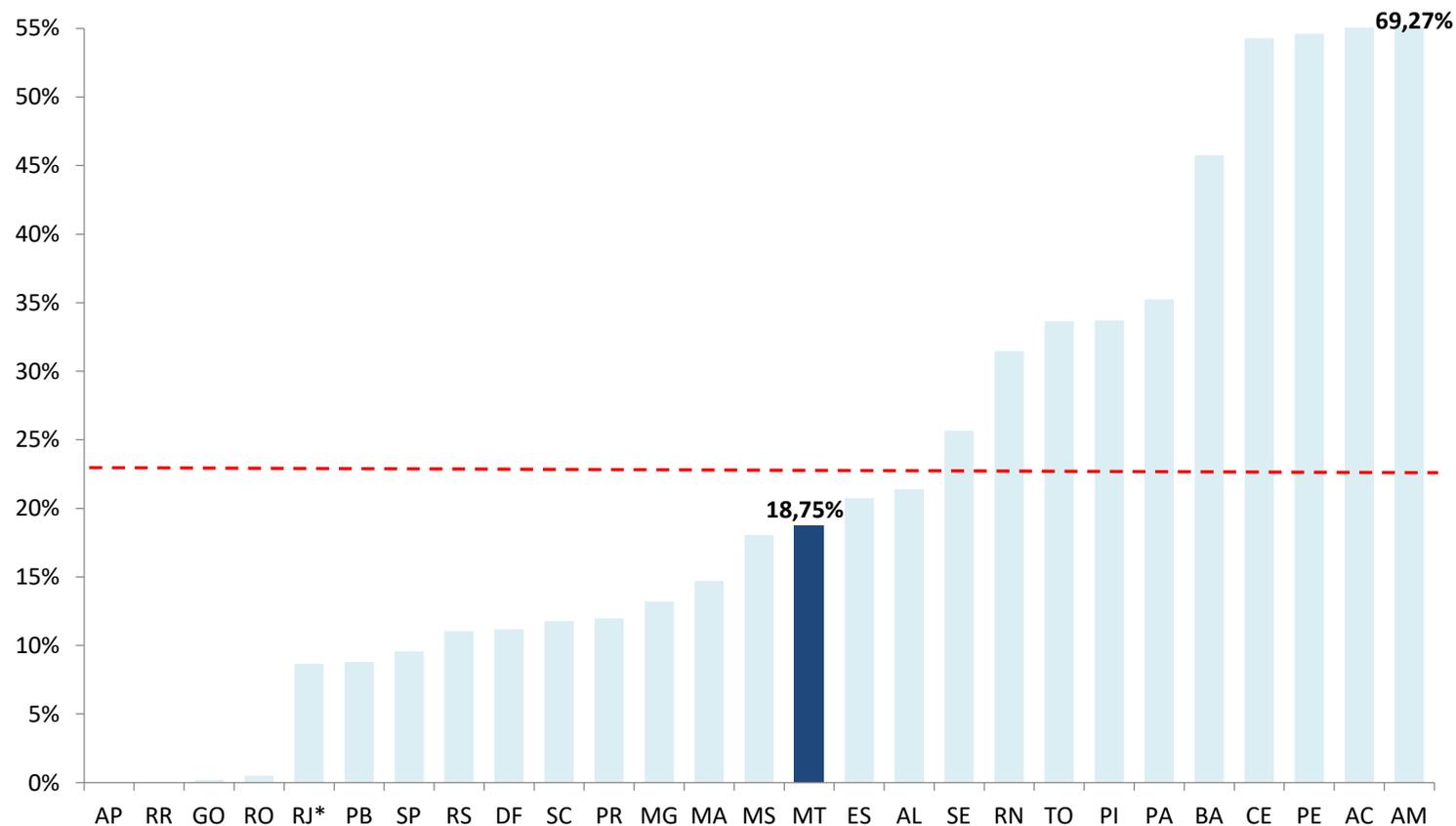
Futuras Receitas

Operação	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total
BRT	172.000	138.000	57.268	-	-	-	-	367.268
PROEDES	75.322	127.200	-	-	-	-	-	75.449
Gestão de Águas	268.822	284.109	85.755	-	-	-	-	638.686
Estado Presente	78.685	92.000	50.172	-	-	-	-	220.858
PROFISCO II	31.397	56.130	48.484	44.813	30.119	-	-	210.943
Programa Eficiência Logística	113.719	443.092	382.264	127.782	60.375	59.164	23.455	1.209.852
Programa Moderniza ES	21.987	122.559	138.463	100.572	75.857	-	-	459.438
Programa de Segurança Pública do ES	98.779	24.138	15.300	4.449	-	-	-	142.665
Total	860.711	1.160.155	777.707	277.616	166.351			3.325.159

FONTE: GEPOF/SEFAZ



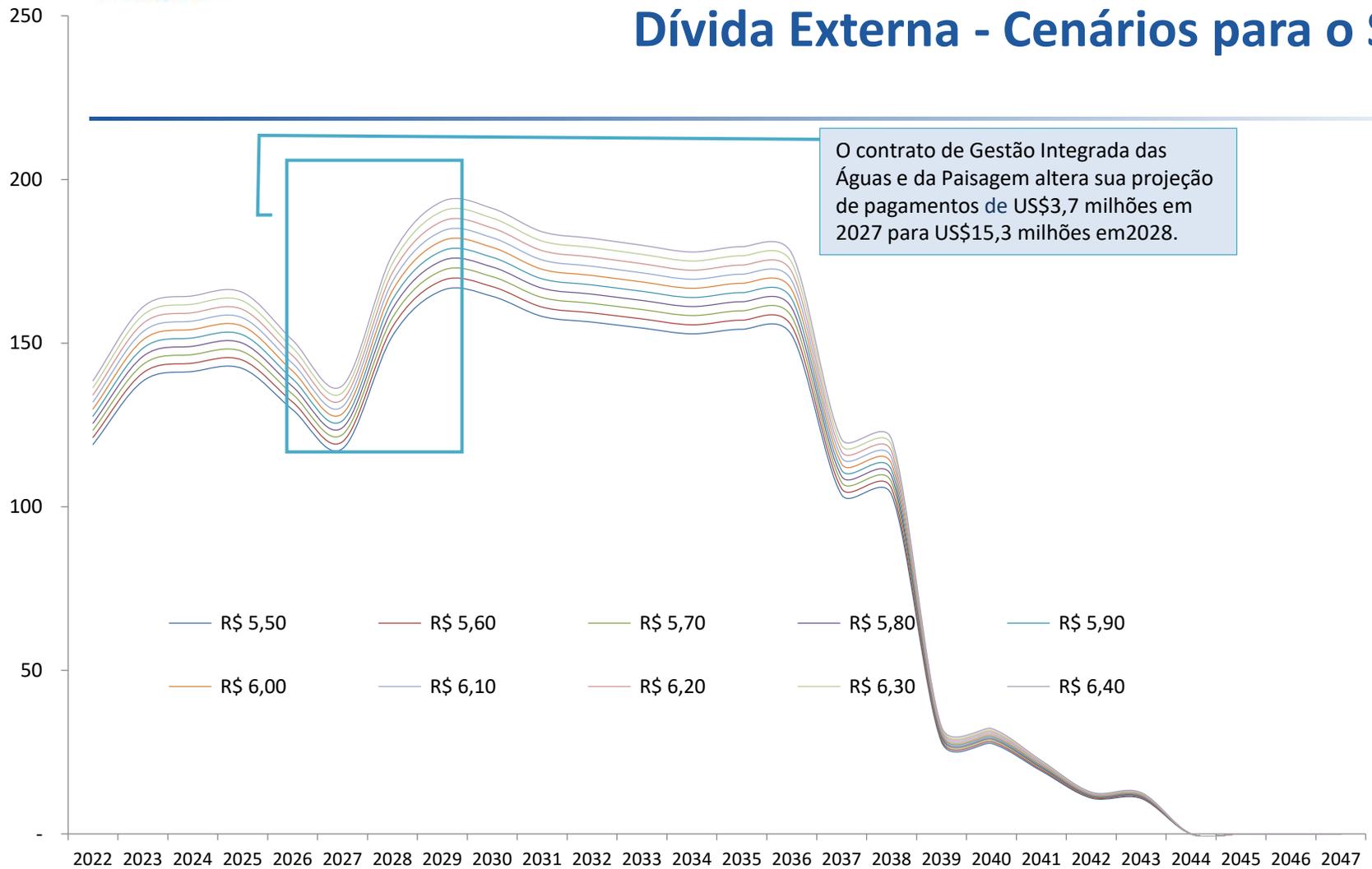
Dívida Externa sobre DC



O gráfico demonstra os respectivos percentuais da dívida externa sobre as dívidas consolidadas dos estados brasileiros. No Espírito Santo, a proporção da dívida consolidada atrelada ao dólar representou 18,75%, o que significa um percentual abaixo da média dos demais estados, que é mais de 22,99% de dívida atrelada a moedas estrangeiras.



Dívida Externa - Cenários para o Serviço



O custo da dívida externa representa hoje em torno de 21,33% do valor total do serviço anual, o que significa que o acréscimo ou a redução de cada R\$ 0,10 na taxa cambial representa uma variação média positiva ou negativa anual na ordem de R\$ 2,27 milhões, conforme pode ser demonstrado no gráfico a seguir, no período projetado entre os anos de 2021 e 2047.

FONTE: GEPOF/SEFAZ